

TC 035.325/2015-1

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: município de Cândido Mendes/MA

Responsável: José Haroldo Fonseca Carvalho (CPF 304.357.732-91)

Representantes legais: não há

Interessados em sustentação oral: não há

Proposta: nova citação

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, prefeito municipal de Cândido Mendes/MA nas gestões 1997-2000, 2001-2004 e 2009-2012, ante a omissão no dever de prestar contas e, por conseguinte, o não atingimento dos objetivos propostos do Convênio 703111/2010 (SIAFI 664204) - aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, com especificações para transporte escolar, no âmbito do Programa Caminho da Escola (peça 1, p. 229-249).

HISTÓRICO

2. Para a execução do aludido Convênio foi previsto o valor de R\$ 196.020,00, repassados em única parcela, mediante a Ordem Bancária 2011OB700650 (peça 4), em 21/02/2011 e foram creditados na conta específica 0000378259, da agência 2314, do Banco do Brasil S/A (peça 1, p. 47).

3. O aludido Convênio foi executado no período de 27/12/2010 a 16/02/2012 (peça 2, p. 79), tendo o prazo final para a apresentação da prestação de contas expirado em 30/04/2013 (peça 2, p. 56), uma vez que, apesar do prazo para prestar contas estabelecido no Termo de Convênio ter se esgotado em 16/04/2012, nos termos do Artigo 1º da Resolução CD/ENDE 43, de 04 de setembro de 2012, o prazo para o envio das prestações de contas foi alterado de 60 (sessenta) dias, a partir da habilitação da funcionalidade "Enviar" da respectiva transferência no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC). No caso em tela, o referido prazo encerrou-se em 30/04/2013.

4. O Relatório de Auditoria da CGU 2.058/2015 (peça 2, p. 91-92) menciona que no Relatório de Tomada de Contas Especial 162/2015 (peça 2, p. 56-66) os fatos estão circunstanciados e a responsabilidade pelo dano causado ao erário foi atribuída ao Senhor José Haroldo Fonseca Carvalho, ocupante do cargo de prefeito municipal à época da ocorrência dos fatos, ante a omissão no dever de prestar contas do Convênio em comento, apurando-se como prejuízo o valor original de R\$ 196.020,00.

5. O município de Cândido Mendes ajuizou ação ordinária objetivando a suspensão dos efeitos do ato de inscrição de seu nome da inadimplência nos sistemas informatizados (Peça 1, p. 6). Na peça 1, p. 287, consta o Acórdão 3.120/2014 - TCU – 2ª Câmara, que trata de representação do município, na qual solicita a este Tribunal a exclusão do registro de inadimplência do Convênio 703111/2010.

6. Em 29/4/2015 foi publicado o Edital de Notificação 06/2015 (peça 1, p. 333), que torna pública a tentativa de que o responsável solucione a pendência junto ao FNDE ou comprove o recolhimento do prejuízo ao erário do Convênio 703111/2010.

7. No âmbito do TCU, na primeira instrução preliminar (peça 5) propôs-se diligenciar ao Banco do Brasil para coleta de informações sobre os extratos bancários da conta específica do

Convênio. Em atendimento à diligência realizada, o Banco do Brasil enviou os documentos de peça 9, informando que “a “transferência *on line*” de 29/02/2012, no valor de R\$ 117.390,37, teve como beneficiária a conta 2.010-9, agência 2659-X, de titularidade de Man Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., CNPJ 06.020.318/0001-10.” Neste ponto, cabe informar que consta dos extratos enviados um bloqueio judicial no montante de R\$ 80.609,63, na data de 22/06/2011.”

8. Na segunda instrução preliminar (peça 12), propôs-se:

a) realizar diligência junto à prefeitura de Cândido Mendes/MA para que seja encaminhada cópia do Certificado de Registro do Veículo (CRV) do veículo adquirido com recursos do Convênio 703111/2010, Siafi 664204, no período entre 27/12/2010 e 16/02/2012, destinado ao transporte escolar, no âmbito do Programa Caminho da Escola, bem como, informe o nome da empresa fornecedora (CNPJ); e

b) citar o Sr. José Haroldo Fonseca Carvalhal pela quantia de R\$ 196.020,00 em valores históricos pela não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais configurada por omissão no dever de prestar contas do Convênio 703111/2010, Siafi 664204, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Prefeitura Municipal de Cândido Mendes/MA.

9. A diligência junto à prefeitura de Cândido Mendes/MA, foi efetivada por meio do Ofício 910/2017-TCU/SECEX-MG, de 25/5/2017 (peça 14), com entrega comprovada mediante o Aviso de Recebimento (AR) datado de 12/6/2017 (peça 21). O município, no entanto, não enviou resposta.

10. Inicialmente, a citação do responsável foi realizada por meio de dois ofícios, para dois endereços distintos cadastrados nas bases consultadas pelo TCU. No entanto, tanto o Ofício 911/2017-TCU/SECEX-MG, de 25/5/2017 (peça 15), quanto o Ofício 910/2017-TCU/SECEX-MG, da mesma data (peça 16), retornaram ao remetente, com a indicação de que o destinatário se mudou (peça 22). Nova tentativa foi realizada por meio do Ofício 1.329/2017-TCU/SECEX-MG, de 27/6/2017 (peça 25), que igualmente foi devolvido ao remetente pelo mesmo motivo (peça 26).

11. Com isso, tentou-se citar o responsável utilizando-se do endereço da empresa que tem o ex-prefeito como sócio administrador (peça 27), por meio do Ofício 1.786/2017-TCU/SECEX-MG, de 1/8/2017 (peça 29), que igualmente foi devolvido ao remetente (peça 30).

12. Uma última tentativa foi realizada para um quarto endereço cadastrado nos autos por meio do Ofício 2.201/2017-TCU/SECEX-MG, de 22/9/2017 (peça 36), que também foi devolvido com a indicação de que o destinatário se mudou (peça 37).

13. Com isso, mesmo após reiteradas pesquisas em bases alternativas de endereço, conforme detalhado às peças 33 a 35, não restou outra opção a não ser citar o responsável por meio de edital, nos termos do art. 179, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RITCU). Dessa forma, publicou-se o Edital 98/2017-TCU/SECEX-MG, no Diário Oficial da União (DOU) de 13/10/2017 (peças 40 e 41). Após decurso dos prazos regimentais, o responsável não enviou resposta.

14. Com isso, na instrução de mérito à peça 43, o responsável foi considerado revel, propôs-se o julgamento pela irregularidade de suas contas, sua condenação ao ressarcimento do valor integral do convênio e, finalmente, a imposição de multa fundamentada no art. 57 da Lei 8.443/1992.

15. No parecer do Ministério Público à peça 46, o *parquet* aderiu ao encaminhamento proposto e acrescentou a proposta de multa calcada no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, ao prefeito sucessor, Sr. José Ribamar Leite de Araújo, por não ter respondido à diligência supramencionada à peça 14, tendo a comunicação expressamente o alertado da possibilidade de aplicação da sanção.

16. Após o encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministro-Relator, considerando as notícias de que o responsável foi preso em fevereiro/2018, em ação junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), por supostas irregularidades na execução do Convênio 732195, firmado entre o Município de Cândido Mendes e a Fundação Nacional de Saúde, este restituiu os autos a esta Unidade Técnica (peça 47) para que se promovesse diligências com o fito de obter as seguintes informações e documentos:

a) se as investigações policiais e/ou processos judiciais em questão alcançam o convênio tratado nos presentes autos. Caso afirmativo, requerer à autoridade competente cópia da documentação, que deverá ser juntada a esta tomada de contas especial;

b) se o responsável continua preso. Caso afirmativo, realizar nova tentativa de citação do ex-prefeito, observando o artigo 76 do Código Civil. Se já estiver solto, promover nova tentativa de citação em endereço registrado na documentação prevista na alínea anterior, se for o caso, ou em outras bases de dados.

17. Adicionalmente, o Ministro-Relator solicitou ainda que, com o retorno dos autos à fase de instrução, deverá, ainda, ser renovada a diligência frustrada junto à Prefeitura de Cândido Mendes, destacando, na comunicação, a possibilidade de aplicação de sanção caso não seja atendida. Na execução da medida prevista na alínea “a” do parágrafo anterior, se as apurações não tiverem relação com o convênio objeto destes autos, a unidade instrutiva deverá avaliar se podem ser úteis a outros processos já instaurados nesta Corte ou se devem ser objeto de novos processos, a critério do relator competente.

18. Na última instrução (peça 48), em cumprimento ao Despacho do Relator, propôs-se a realização das seguintes diligências, nestes termos:

“a) **realizar** diligência, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 157 do RI/TCU, junto ao seguintes órgãos e entidades, para que, no prazo de quinze dias, sejam encaminhados os seguintes documentos/informações:

a.1) ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Comarca de Cândido Mendes:

a.1.1) informar se o ex-prefeito do Município de Cândido Mendes, Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, CPF 304.357.732-91, ainda se encontra preso no âmbito de ação judicial por supostas irregularidades na execução do convênio nº 732195, firmado entre o Município de Cândido Mendes e a Fundação Nacional de Saúde. Caso o réu ainda estiver preso, informar o local da prisão;

a.1.2) caso o réu supracitado não estiver preso, informar o endereço registrado na ação onde se encontra; e

a.1.3) informar se, na ação judicial supramencionada, ou qualquer outro processo judicial em que o responsável supramencionado figure no polo passivo no âmbito da Comarca, alcança irregularidades no âmbito do Convênio 703111/2010, Siafi 664204, firmado entre o Município de Cândido Mendes e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em caso afirmativo, requer cópia integral do processo judicial para instrução de Tomada de Contas Especial no âmbito do Tribunal de Contas da União.

a.2) à sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão:

a.2.1) informar se o ex-prefeito do Município de Cândido Mendes, Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, CPF 304.357.732-91, ainda se encontra preso no âmbito de ação judicial por supostas irregularidades na execução do convênio nº 732195, firmado entre o Município de Cândido Mendes e a Fundação Nacional de Saúde; e

a.2.2) informar se, na ação judicial supramencionada, ou qualquer outro processo judicial em que o responsável supramencionado figure no polo passivo no âmbito do Tribunal de Justiça, alcança irregularidades no âmbito do Convênio 703111/2010, Siafi 664204, firmado entre o Município de Cândido Mendes e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em caso afirmativo, requer cópia

integral do processo judicial para subsídio de instrução de Tomada de Contas Especial no âmbito do Tribunal de Contas da União.

a.3) à Prefeitura Municipal de Cândido Mendes - MA:

a.3.1) reiterar a diligência realizada no Ofício 910/2017-TCU/SECEX-MG, de 25/5/2017, para que encaminhe a este TCU cópia do Certificado de Registro do Veículo (CRV) do veículo adquirido com recursos do Convênio 703111/2010, Siafi 664204, no período entre 27/12/2010 e 16/02/2012, destinado ao transporte escolar, no âmbito do Programa Caminho da Escola, bem como, informe o nome da empresa fornecedora (CNPJ) e o número e cópia da nota fiscal emitida em nome do município, para subsidiar a análise do processo de tomada de contas especial TC 035.325/2015-1, em trâmite neste Tribunal.”

19. Em cumprimento ao pronunciamento da Unidade (peça 49), foram realizadas as diligências abaixo, todas atendidas e a seguir examinadas:

a) ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, mediante Ofício nº 2648/2018-TCU/SECEX-MG, recebido em 7/1/2019 (peças 50 e 55), e respondido através do Ofício nº 016/2019-DJUR (peça 54);

b) ao Juiz da Comarca de Cândido Mendes/MA, mediante Ofício nº 2647/2018-TCU/SECEX-MG, recebido em 7/1/2019 (peças 51 e 59), reiterado pelo Ofício nº 183/2019-TCU/Sec-MG, recebido em 15/3/2019 (peças 62 e 65), e respondido através do Ofício nº 322/2019-SJ (peças 63-64);

c) ao Prefeito Municipal de Cândido Mendes/MA, mediante Ofício nº 2646/2018-TCU/SECEX-MG, recebido em 22/1/2019 (peça 56), e respondido através do Ofício nº 04/2019 (peças 56-57).

EXAME TÉCNICO

20. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão informou que o Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho (CPF 304.357.732-91), ex-prefeito do Município de Cândido Mendes, “não encontrava-se preso no âmbito de ação judicial por supostas irregularidades na execução do convênio no. 732195, firmado entre o Município de Cândido Mendes e a Fundação Nacional de Saúde, e que não foi localizado no Sistema THEMIS PG (Primeira Instância) a existência de processo relativo ao convênio no. 703111/2010”.

21. Encaminhou “certidão de 2ª instância, relacionando os processos criminais e cíveis por ato de improbidade administrativa, em tramitação e arquivados”, nos quais o referido senhor figura como parte, em que se verifica que os mesmos não têm qualquer relação com o recebimento e aplicação de recursos públicos federais, sendo decorrentes de denúncias do Ministério Público estadual ou trabalhistas.

22. O Juízo da Comarca de Cândido Mendes/MA também informou que o Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho “não encontra-se preso no âmbito de ação judicial por supostas irregularidades na execução do convênio nº 732195”, não tendo sido localizado processo judicial referente ao convênio nº 703111/2010; informou ainda o endereço atual do requerido: Rua V-04, Casa 03, Quadra 06, Parque Shalon, CEP 65010-000, São Luís/MA, Telefone (98) 984651010.

23. Por fim, o Prefeito Municipal de Cândido Mendes/MA, ao se manifestar quanto ao envio de “cópia do Certificado de Registro do Veículo (CRV) do veículo adquirido com recursos do Convênio 703111/2010”, informou que “a atual gestão vê-se impossibilitada de atender à solicitação deste Tribunal”, pois o ex-prefeito José Haroldo Fonseca Carvalho, ao deixar a administração municipal em 2012, não entregou ao prefeito eleito quaisquer documentos, nenhuma cópia de convênio, contratos, folha de pagamento, cópia da legislação municipal, etc., o que ensejou a impetração de um Mandado de Segurança — Processo nº 0447632012 (cópia anexa), “a fim de garantir o bloqueio de valores em contas bancárias da Prefeitura”, tendo, além disso, protocolado

ações que visavam a responsabilização do ex-prefeito pelas condutas ilegais e lesivas, conforme protocolos também em anexo.

24. Desse modo, em cumprimento ao Despacho do Relator, Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues (peça 47), deve-se promover nova tentativa de citação do responsável, no endereço indicado pela Secretaria Judicial da Comarca de Cândido Mendes/MA: Rua V-04, Casa 03, Quadra 06, Parque Shalon, CEP 65010-000, São Luís/MA, Telefone (98) 984651010.

25. Cumpre destacar, como dito no item 21 desta instrução, que os processos judiciais nos quais o responsável figura como parte não têm qualquer relação com o recebimento e aplicação de recursos públicos federais, sendo decorrentes de denúncias do Ministério Público estadual ou trabalhistas.

CONCLUSÃO

26. A partir dos elementos constantes dos autos, foi possível verificar que os recursos repassados por força do ajuste foram integralmente gastos na gestão do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, também responsável pelo encaminhamento da prestação de contas ao concedente.

27. Desse modo, deve ser promovida sua citação, para que apresente alegações de defesa quanto à não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do Convênio 703111/2010, Siafi 664204, bem como para que se manifeste quanto à omissão no dever de prestar contas do referido ajuste.

28. Cabe informar ao Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho que a demonstração da correta aplicação dos recursos perante este Tribunal deve ocorrer por meio da apresentação de documentação probatória das despesas efetuadas, tais como notas fiscais, recibos, processos de pagamento, extratos bancários da conta específica (recursos federais transferidos e contrapartida) e da aplicação financeira, processos licitatórios, contratos e termos de adjudicação e homologação, bem como documentos que comprovem a execução do objeto do convênio.

29. Outrossim, urge esclarecer-lhe que a omissão inicial no dever de prestar contas, se não justificada, poderá ensejar o julgamento pela irregularidade das contas e a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, nos termos do art. 16, inciso III, alíneas “a” e “b”, da mesma norma, independentemente da comprovação da regular aplicação dos recursos no objeto pactuado.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

30. Diante do exposto, submetem-se os autos, à consideração superior, propondo:

a) realizar a citação do Sr. **José Haroldo Fonseca Carvalho (CPF 304.357.732-91)**, ex-prefeito de Cândido Mendes/MA, no período de 2009-2012, residente à Rua V-04, Casa 03, Quadra 06, Parque Shalon, CEP 65010-000, São Luís/MA, Telefone (98) 984651010, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para, no prazo de quinze dias, apresentar alegações de defesa quanto à irregularidade detalhada a seguir:

i) **Irregularidade:** não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por força do Convênio 703111/2010, SIAFI 664204, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Cândido Mendes/MA, ante a omissão do dever de prestar contas;

ii) **Conduta:** não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por força do Convênio 703111/2010, SIAFI 664204, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Cândido Mendes/MA, ante a omissão do dever de prestar contas;

iii) **Dispositivos violados:** art. 37, caput c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 145 do Decreto 93.872/1986, art. 22 da Instrução Normativa 1/1997 da Secretaria do Tesouro Nacional, e Cláusula Segunda, II, “b”, do Termo de Convênio (peça 1, p. 229-249);

iv) **Evidências:** Termo de Convênio 703111/2010 - SIAFI 664204 (peça 1, p. 229-249) e Relatório de TCE nº 162/2015-DIREC/COTCE/CGCAP/DIFIN/FNDE (peça 2, p. 56-66);

e/ou recolher aos cofres do FNDE a quantia abaixo indicada, referente à irregularidade e à conduta de que trata o item 30, alínea “a”, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
196.020,00	29/02/2012

Valor atualizado até 16/7/2020: R\$ 305.026,72.

b) esclarecer ao responsável, em atendimento ao art. 209, § 4º, do Regimento Interno do TCU, que deverá justificar a omissão no dever de prestar contas, pois a apresentação posterior das contas, sem justificativa para a falta, não elidirá a respectiva irregularidade, podendo o débito ser afastado caso a documentação comprobatória das despesas esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e demonstre a boa e regular aplicação dos recursos, sem prejuízo de aplicação da multa prevista no inciso I do art. 268;

c) informar o responsável de que, caso venha a ser condenado pelo Tribunal, o débito ora apurado será acrescido de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU;

d) esclarecer ao responsável, em obediência ao art. 12, inciso VI, da Resolução-TCU 170/2004, que o recolhimento tempestivo do débito somente sanará o processo caso seja reconhecida a sua boa-fé e não se constate outra irregularidade nas contas.

e) esclarecer ao responsável, em obediência ao art. 12, inciso VII, da Resolução-TCU 170/2004, que o não atendimento à citação implicará revelia, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.

SECEX/TCE, D1, em 16 de julho de 2020.

(assinado eletronicamente)
Phaedra Câmara da Motta
A UFC – Mat. 2575-5